

O poder municipal no Concelho de Cascais: Representação social e identidades sociais

Um estudo exploratório (*)

VIRGÍLIO AMARAL (**)

ANA FRANCO (***)

1. INTRODUÇÃO

O objectivo deste estudo prende-se com a hipótese teórica relevada por Vala (1988,1990) que remete para a reconstrução da representação do Poder, no caso específico do Poder Municipal, em função de dois conjuntos de variáveis: a) As Identidades Sociais, mais precisamente matrizes identitárias; b) Variáveis relativas à inserção objectiva na estrutura social. Subjacentes aos dois conjuntos de variáveis consideradas, encontram-se os posicionamentos ou pertenças – objectivas e subjectivas – a diferentes categorias sociais, que são tomadas como indicadores de vertentes – domínios da esfera social com relevância para a representação do Poder Municipal. Para o efeito pretende-se estabelecer *a priori* uma equivalência entre pertenças objectivas e subjectivas a vertentes comuns e verificar de que forma se relacionam entre si e com as dimensões representacionais do Poder Municipal.

(*) Queremos expressar o nosso agradecimento ao Dr. Jorge Ferraz do Centro de Psicologia do Exército e ao Professor Doutor José d'Encarnação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelo apoio científico prestado.

(**) Assistente estagiário, ISPA.

(***) Psicóloga Social e das Organizações.

1.1. Representações Sociais e Identidades Sociais

Desde os anos 80 que as investigações sobre as Representações Sociais incluem o estudo da sua relação com as Identidades Sociais. Autores como Vala (1990), Breakwell (1993), Moscovici (1984), Echebarria et al. (1991-1992), entre outros, têm realçado a importância de articular estes dois conceitos.

Breakwell (1993) tentou integrar a teoria da Identidade Social de Tajfel com a Teoria das Representações Sociais. Segundo esta autora enquanto que a primeira, apesar de tentar explicar as relações entre os grupos, também foca as necessidades individuais (necessidade de obter uma Identidade Social positiva), a segunda tenta descrever a forma como as Identidades Sociais interpretam e dão sentido à realidade.

Breakwell (1993) sugere que tanto as dinâmicas dentro do grupo como entre os grupos direccionam e até podem alterar uma Representação Social. Isto significa que, ao analisarmos uma Representação Social, para além de termos em conta as mudanças na estrutura do grupo também devemos considerar os outros grupos. Neste sentido, apesar de a produção de Representações Sociais depender dos processos de objectivação e ancoragem, esta produção é influenciada pelos interesses do grupo e dos respectivos

membros. Portanto, as Representações Sociais são um produto da dinâmica do grupo, desenvolvidas para servir os seus interesses e as Identidades Sociais estão subjacentes à produção de Representações Sociais. Breakwell considera que existem três formas do indivíduo influenciar esta produção. Primeiro, o grupo certifica-se se os seus membros estão informados sobre a Representação Social que é fundamental para servir os interesses do grupo. Segundo, os membros do grupo influenciam a aceitação ou rejeição de uma Representação Social através de comentários explícitos sobre ela. Por último, os membros do grupo usam a comunicação para determinar a frequência com que uma Representação Social é utilizada.

Assim, se as Representações Sociais desempenham um papel importante na identificação do grupo, as Identidades Sociais influenciam a exposição, aceitação e gestão de uma Representação Social.

Moscovici (1984) também destacou a importância de considerar as Identidades Sociais no estudo das Representações Sociais. Considerando que uma Representação é um sistema de classificação que permite associar uma categoria a um nome, Moscovici (1984) afirma que classificar é dar um nome a um objecto, libertando-o do anonimato e colocando-o numa matriz de identidades da nossa cultura. A partir da classificação, aquilo que não era identificável passa a possuir uma Identidade Social. A atribuição de um nome a um objecto, a denominação no quadro das categorias (culturais e sociais) já existentes, portanto a inserção categorial, ou ancoragem do objecto, permite reconhecer e localizar em representações associados à categoria em questão. Moscovici (1984) defende que neste processo de classificação/categorização, a neutralidade não existe, ou seja, quando um objecto é classificado é-lhe atribuído uma valoração e o objecto assume um lugar na hierarquia de valores sociais.

A classificação/categorização não é uma actividade puramente intelectual porque reflecte uma certa atitude do sujeito em relação ao objecto. O objecto depois de classificado é inserido numa categoria positiva, e os sujeitos «(...) esprimiamo la nostra acceltazione, quando é negativa el nostro refiuto» (Moscovici, 1984, p. 55). Este processo de classificação/categorização reflecte a atitude do sujeito, positiva ou negativa, face ao

objecto, que tem como consequência a identificação ou a rejeição.

Sugerindo a articulação entre as representações sociais, as identidades sociais e as relações intergrupo Vala (1986, 1993) considera que a construção do conhecimento quotidiano e a ancoragem social desse conhecimento nas redes de interação quotidiana dos sujeitos, implica uma análise dos fenómenos psicossociológicos associados. A identidade social oferece uma forma de compreensão da formação simbólica dos grupos sociais, que possibilita um entendimento da ancoragem social das representações sociais. De forma bastante explícita, Vala (1993b, p. 912) afirma: «(...) falar de uma representação social implica que se identifique o sujeito social dessa representação, ou seja, o grupo social em que ancora os as identidades sociais que lhe subjazem».

Vala (1990), em concordância com Tajfel (1981), considera que é devido ao processo de Categorização que os indivíduos se definem como membros de certos grupos ou Categorias Sociais e como não membros de outros grupos. Deste modo, a identificação a um grupo ou a uma Categoria Social é acompanhada com a identificação aos atributos que definem uma categoria, principalmente com os que se relacionam com os valores que ela tem e com as crenças que a tornam diferente das outras categorias. E assim «Les categories sociales ou groupes sociaux sont donc conceptualisés ici comme des constructions symboliques, que n'existent q'en tant qu' objects rejet ou du identification» (Vala, 1990, p. 456).

Vala (1990) realizou um estudo sobre «as Identidades Sociais e as Representações Sociais sobre o Poder: para um entendimento das culturas políticas», cujo objectivo era compreender as Representações Sociais a partir das inserções das Identidades Sociais nas estruturas socio-económicas e sócio-culturais, associando as Representações Sociais a fenómenos de construção simbólica dos grupos sociais e os processos de identificação que daí decorrem. Com esta investigação Vala (1990) ilustra a hipótese teórica de Moscovici, verificando que as Representações Sociais são afectadas pelos grupos ou categorias sociais, que por sua vez são construções simbólicas que existem enquanto objectos de identificação ou rejeição para os sujeitos.

O objectivo de Vala (1990) era compreender a génese das Representações Sociais sobre o Poder através da articulação de duas formas de entender o funcionamento dos grupos e das interacções no interior do sistema social. Neste sentido pretendia-se combinar e confrontar duas perspectivas: uma tenta compreender as representações sociais a partir das inserções na «estrutura social objectiva» ou posições sociais objectivas e outra que associa as representações sociais aos fenómenos de constituição simbólica dos grupos sociais e de identificação com esses grupos. A primeira perspectiva parte do campo das estruturas socioeconómicas e socioculturais e representa aquilo que se pode designar por inserções na estrutura social objectiva; a outra perspectiva refere-se às representações sobre a própria estrutura social e à constituição simbólica dos grupos e representa o que se pode designar por posições sociais subjectivas.

O conceito de representação foi operacionalizado como uma articulação de crenças, atitudes e esquemas de acção relativos a um objecto, estabelecendo-se as seguintes dimensões: a) Crenças sobre o modo como se constitui o poder na sociedade; b) Crenças relativas ao controlo dos indivíduos sobre o poder; c) Crenças sobre a saliência das desigualdades sociais face ao poder; d) Atitudes face ao exercício do poder e e) Esquemas de acção face ao exercício do poder.

Trata-se de dois conjuntos diversos de ancoragem das representações sociais. O primeiro corresponde às inserções na estrutura social «objectiva», tendo sido seleccionados indicadores de caracterização sociodemográfica (idade, sexo, etc.) das estruturas socioeconómicas (classe social). O segundo grupo corresponde às posições sociais subjectivas entendidas como identidades sociais e ainda o estrato social subjectivo; à privação individual e à privação relativa intergrupar. A reconstrução das dimensões das Identidades Sociais foi realizada pedindo-se aos sujeitos para responder a uma escala de identificação de cerca de 35 categorias escolhendo as mais relevantes, tendo estas sido submetidas a uma Análise Factorial em Componentes Principais de que se extraíram factores correspondentes a dimensões de Identidade Social (Matrizes Identitárias). Foram seleccionadas as cinco dimensões mais relevantes para o objectivo do estudo, tendo-se obtido as seguintes dimensões: Identidade relativa à per-

tença subjectiva aos grupos com empenhamento social; Identidade de socialmente desfavorecido; Identidade de exclusão de poder; Identidade religiosa; Identidade operária.

Quanto às representações do Poder, através de uma Análise Factorial em Componentes Principais foram extraídos quatro factores: Individualismo Meritocrático – é uma representação que associa a origem do poder a características individuais e onde sobressai a crença de um controlo individual sobre o poder e sobre a ordem social; Igualitarismo – a representação corresponde à percepção de uma elevada saliência das desigualdades sociais face ao poder, acompanhada de uma atitude positiva face ao exercício democrático e participativo do poder; Fatalismo – a representação que ancora na crença na impossibilidade de qualquer tipo de controlo dos indivíduos sobre o poder e a ordem social; Conflitualidade Social e Colectivismo – representação estruturada através da crença segundo a qual o poder, na sociedade, se constitui com base em relações de dominação, à qual se encontram associadas as crenças na capacidade de controlo dos indivíduos sobre o poder através do protesto e da acção colectiva.

Efectuou-se uma análise de regressão múltipla tomando como variáveis dependentes os scores factoriais relativos às representações e como variáveis independentes os dois grupos de variáveis referidos. Os resultados obtidos mostram que as Identidades Sociais dão conta dos espaços sociais do igualitarismo e do fatalismo, verificando-se no essencial que as posições objectivas revelam melhor poder explicativo quanto ao Igualitarismo do que as posições subjectivas e, por outro lado, uma forte interacção entre os dois grupos de variáveis, nomeadamente no caso do fatalismo (Vala, 1990, p. 16).

Para além destes resultados foram ainda destacadas as variáveis que se encontram mais associadas às diferentes representações sobre o poder e que contribuem para a reconstrução das redes de ligações sociais onde emergem estas representações:

«*Individualismo Meritocrático* – esta representação está significativamente mais presente entre os indivíduos que manifestam menor grau de privação intergrupar e naqueles que manifestam maior identificação com o grupo dos religiosos; nos indivíduos pertencentes à burguesia, à

pequena burguesia proprietária e à pequena burguesia dirigente e técnico-profissional e também nos mais inseridos nas estruturas da religião católica; *Igualitarismo* – esta representação é mais saliente nos indivíduos que se percebem como localizados nos estratos sociais mais baixos, que revelam maior privação individual, que se identificam com a classe operária e nos que têm empenhamento social; esta representação está ainda mais presente nos mais velhos, no sexo feminino, nos assalariados e no campesinato; *Fatalismo* – esta representação é mais forte naqueles que se autoposicionam nos estratos sociais mais baixos, que se identificam com o grupo dos pobres, com os religiosos e com os que não têm empenhamento social; e ainda nos mais inseridos na estrutura da religião católica, com menos habilitações, do sexo feminino, mais velhos e menos expostos aos mass media, e também nos que pertencem ao operariado rural e das pescas ou ao campesinato; *Colectivismo Conflitual* – esta representação é mais saliente nos indivíduos que se identificam com os que têm preocupações sociais, bem como aqueles que são do sexo masculino e que estão menos inseridos nas estruturas da religião católica; note-se ainda que as classes sociais que se apresentam mais afastadas desta representação são a burguesia, a pequena burguesia proprietária e o campesinato.» (Vala, 1988, p. 17)

Echebarria e col. (1991-92) realizaram um trabalho sobre a representação da Europa numa amostra de jovens espanhóis. Estes autores estudaram a relação entre as Representações Sociais e as Identidades Sociais de duas formas diferentes. Por um lado, examinaram as Representações Sociais como uma forma de expressão da Identidade Social dos indivíduos. Por outro lado, analisaram a função social das representações nas relações entre os grupos sociais e no interior desses mesmos grupos, isto é, como é que a representação da Europa afecta a determina a Identidade Nacional dos espanhóis. Para além destes dois aspectos analisaram alguns elementos que contribuem para a Identidade europeia como a identificação com o Estado e com a própria região; a informação que possuem sobre o objecto, neste caso sobre a Europa; e a avaliação do objecto.

1.2. O Poder e o Político: da ciência e do senso comum

Fischer (1992) mostra que o Poder, apesar de existir em todas as relações e práticas sociais, de servir para as compreender e de ser um conceito central em disciplinas como a Politologia e a Sociologia, não encontra ainda um lugar claramente definido na Psicologia Social. Para Fischer (1992) o Poder «(...) significa toda a possibilidade de impor a sua própria vontade, mesmo se ela encontra uma oposição, no interior de uma relação social, pouco importa sobre o que é que esta possibilidade assenta» (Fischer, 1992, p. 88). Apesar de esta definição servir de referência a muitos autores, Fischer (1992) considera que em muitos estudos, principalmente em Psicologia Social, «(...) a ideia de poder não é realmente utilizada como um conceito-chave, mas antes como uma variável que intervém na análise dos processos considerados determinantes: a influência, as normas de grupo, etc.» (Fischer, 1992, p. 88).

Em Psicologia Social a dinâmica do Poder foi essencialmente apreendida através do estudo da Liderança. Exemplos de estudos neste sentido são as investigações de Lewin (1939), sobre os estilos de autoridade e de clima social, inspiradores de certo número de pesquisas sobre o poder, e a análise de orientações para o poder no estudo sobre as dimensões da cultura, sendo esta tomada como objecto de estudo, por exemplo os trabalhos sobre Cultura Organizacional de Hofstede (1984). Para Vala (1990) estas pesquisas «(...) bien que n'exculant pas l'étude des perceptions et des attitudes envers le pouvoir, ne portent pas directement sur les idées de sens commun sur le pouvoir et surtout ne portent pas sur l'importance de ces représentations dans la compréhension du pouvoir comme phénomène social» (Vala, 1990, p. 454).

Ainda no quadro da perspectiva crítica sobre a importância atribuída ao estudo do poder em Psicologia Social, o autor realça a importância do estudo do político como objecto de representação social (Vala, 1986). Deslocando a análise das abordagens e do conhecimento científico para o campo dessa modalidade particular do pensamento social que caracteriza o conhecimento do senso comum – as representações sociais – considera que ao «(...) perspectivarmos as culturas

políticas como organizações de esquemas de acção, de avaliação e de produção do real político, aproximamo-nos das correntes de pensamento em Sociologia e em Psicologia Social que têm exactamente procurado apreender os processos através dos quais se constituem, mudam e interagem diferentes modalidades de pensamento social» (Vala, 1986, p. 33).

Neste âmbito surge também o estudo de Andrade e Viegas (1988) sobre «O campo semântico do político». Com este estudo, as autoras pretendiam reconstruir as crenças, atitudes e esquemas de acção dos agentes sociais referentes ao sistema político e aos seus componentes. A operacionalização deste objectivo exigiu a construção de um modelo teórico que permitisse identificar quais as componentes essenciais do sistema político, avaliando o posicionamento subjectivo dos indivíduos face a estas. Este estudo pretendia captar a apreensão global, no pensamento dos agentes sociais, do que é o político, isto é, o conjunto dos significados em que a palavra «política» está alicerçada.

Os resultados obtidos através de uma análise de conteúdo temática evidenciam quatro áreas temáticas que correspondem a diferentes apreensões do político: a relação do indivíduo com o sistema político (expressa uma apreensão auto-centrada do campo do político); os actores políticos institucionais (expressa uma visão do político personificada nos seus protagonistas); as funções globais da política (expressam uma apreensão mais abrangente do político); as organizações político-institucionais (contém implicitamente uma percepção mais institucionalizada da política).

A partir de uma análise estrutural, Viegas e Andrade (1988), utilizaram uma matriz de dados composta por dois blocos distintos de variáveis, o primeiro relativo à caracterização dos indivíduos e o segundo referente aos significados atribuídos ao político. Esta matriz foi submetida a uma Análise Factorial de Correspondências, dando origem às seguintes dimensões: o campo político como exterior ao indivíduo versus uma inserção institucional na política; o campo político como exterior ao indivíduo; uma visão institucional da política; a representação do político como um campo abrangente de toda a sociedade; e uma concepção instrumental do campo do político.

De um modo geral, os resultados obtidos parecem estabelecer uma relação entre as significações do político e três objectos da cultura política: a) Competência política subjectiva; b) As disposições à participação e c) Avaliação dos actores políticos institucionais.

1.3. O Poder Municipal

A História do nosso País testemunha a importância atribuída ao Município. Este, tal como refere Veneza (1980), é anterior à nacionalidade, ou seja, à formação do próprio Estado, remontando a sua origem à denominação romana. A instituição municipal permaneceu até aos nossos dias como um símbolo de autonomia em relação ao Poder Central. Mas, esta autonomia foi sofrendo alterações à medida que o Estado foi adquirindo poder. Tal como refere Veneza (1980), a autonomia municipal foi passando por um processo cíclico ao longo da História do Município. Este processo surgiu sempre que em momentos de crise, as forças políticas em confronto procuraram o apoio das estruturas locais na luta pelo poder. É a partir do 25 de Abril de 1974 que se regista um aumento progressivo da autonomia municipal. Antes desta data, o Município era considerado como uma instituição desvalorizada devido ao modelo centralizador do Estado Novo. Segundo Veneza (1980), apesar do aumento da autonomia municipal depois do 25 de Abril o Município não se alterou significativamente comparativamente com o que existia durante o Estado Novo, uma vez que não ocorreu a transformação qualitativa das funções burocráticas.

Em 1976, a Constituição consagrou a existência de autarquias locais e foi publicada a Lei n.º 79/77 de 25 de Outubro «Lei das Autarquias», que definiu as atribuições das autarquias e as competências dos respectivos órgãos. Só em 1978 foi aprovada a «Lei das Finanças Locais» (Lei n.º 1/79 de 2 de Janeiro) que consagra a autonomia financeira das autarquias.

Para Mozzicafredo, Guerra, Fernandes e Quintela (1991, p. 15) o Poder Autárquico é «(...) a configuração territorial de um conjunto independente de: 1) instituições políticas e administrativas dos municípios, com excepção das autarquias; 2) funções e responsabilidades sociais e políticas das associações locais e 3) a distância das relações sociais e locais».

Os estudos sobre o Poder Municipal têm-se desenvolvido segundo duas perspectivas. A que considera o Poder Municipal como uma delegação da Administração Central, e a que o considera independente das normas desta e autónomo em relação à sua capacidade de intervenção. Ambas as perspectivas se debruçam sobre a capacidade de exercer o poder; e enquanto que na primeira perspectiva esse poder advém do Estado, na segunda ele provém do eleitorado.

Mozzicafredo, Guerra, Fernandes e Quintela (1991) defendem a pertinência de estudar a inter-relação entre a Administração Central e o Poder Autárquico, através da análise das tendências para a centralização ou para a autonomia.

2. MÉTODO

2.1. *Sujeitos*

Dados os objectivos do estudo, os sujeitos inquiridos obedecem aos seguintes critérios: residirem no Concelho de Cascais; terem votado nas últimas eleições autárquicas.

A dimensão total da amostra é de 270 sujeitos, tendo-se precedido a uma amostragem por conveniência.

2.2. *Instrumento*

O instrumento utilizado foi um questionário, constituído por três questões abertas e várias questões fechadas.

Na primeira questão aberta apresenta-se o estímulo Poder Municipal, na segunda questão aberta o estímulo Presidente Actual e na terceira questão o estímulo Presidente Ideal.

Numa das questões fechadas do questionário são apresentados uma série de grupos ou categorias sociais que se baseiam no estudo de Vala sobre Identidades Sociais e Representações do Poder (Vala, 1988, 1990), e operacionalizam algumas dimensões que se salientaram nas matrizes identitárias resultantes da factorização de 35 categorias sociais (Vala, 1988, 1990). Entre várias dimensões (política, empenhamento social, classe social) retiveram-se as seguintes dimensões: política, religiosa e local. Quanto à primeira foi operacionalizada a partir de informação obtida a

partir de uma pergunta sobre «Partido Político em que votou nas últimas eleições autárquicas» tendo sido agregados os sujeitos em duas categorias – Esquerda, que corresponde à junção dos partidos PS e PCP e Direita, que corresponde aos partidos PSD e CDS-PP. A segunda foi operacionalizada com base nas respostas (ou sua ausência) às perguntas relativas à religião do sujeitos, retendo-se apenas aqueles que pertencem à Religião Católica ou que não têm Religião. Por último a dimensão local foi operacionalizada através das respostas dos sujeitos relativamente à freguesia do Concelho de Cascais em que residem (Alcabideche, Cascais, Carcavelos, Parede, Estoril, S. Domingos de Rana).

Quanto ao posicionamento subjectivo relativo às dimensões Identidade Política e Identidade Religiosa, foram apresentadas uma série de categorias (grupo das pessoas de esquerda/ grupo das pessoas de direita; grupo das pessoas religiosas/ grupo das pessoas não religiosas) solicitando-se aos sujeitos a resposta na escala de identidade de Vala (1988) de quatro pontos (1 = não pertença a este grupo/ 4= pertença a este grupo e isso é muito importante para mim). Quanto à dimensão Local solicitou-se aos sujeitos que respondessem a uma outra escala de identidade (1= eu faço parte desse grupo e isso é apenas importante para mim/ 4= eu faço parte desse grupo e isso é muitíssimo importante para mim) no que respeita aos grupos das pessoas moradoras em cada uma das freguesias já referidas.

2.3. *Tratamento dos dados*

O primeiro passo consistiu no cálculo das frequências das palavras através do programa estatístico SPAD T (versão 1.0, 1989). As respostas dos sujeitos à questão aberta referente ao estímulo «Poder Municipal» foram introduzidas num ficheiro de texto. As palavras com frequência igual ou superior a dois foram eliminadas (Marques, Rodrigues & Sousa, 1986).

Seguidamente procedeu-se a uma Análise de Conteúdo Temática, ou seja, à categorização das palavras com base no sistema de categorias apresentadas por Andrade e Viegas (1988) no estudo sobre «O Campo Semântico do Político». Verificou-se a existência de algumas palavras que não pertenciam a este sistema de categorização, pelo que foram agrupadas tendo em conta as

QUADRO 1
Caracterização da amostra

SEXO	Masculino	129
	Feminino	141
IDADE	Dos 18 aos 24 anos	114
	Dos 25 aos 34 anos	65
	Dos 35 aos 44 anos	47
	Dos 45 aos 54 anos	28
	Dos 55 aos 64 anos	10
	Dos 65 aos 74 anos	2
	Mais de 75 anos	4
NÍVEL SÓCIO- -CULTURAL	Ensino Básico	12
	Ensino Preparatório	18
	Curso Complementar do Liceu	163
	Ensino Técnico	17
	Ensino Superior	60
CATEGORIA PROFISSIONAL	Profissões Científicas, Técnicas e Artísticas	45
	Pessoal Administrativo	48
	Pessoal do Comércio e Serviços	40
	Operariado (Trabalhadores da Indústria e Transportes)	11
	Estudantes	69
	Não responderam	57
LUGAR DE CLASSE	Burguesia Empresarial e Proprietária	31
	Pequena Burguesia Técnica e de Enquadramento	104
	Pequena Burguesia de Execução/Operariado Industrial	30
	Estudantes	60
	Não responderam	35
TEMPO DE RESIDÊNCIA NO CONCELHO	Menos de 10 anos	42
	Entre 10 e 20 anos	113
	Entre 20 e 30 anos	86
	Mais de 30 anos	28
	Não responderam	1

Competências do Poder Local segundo o Decreto Lei n.º 87/89 de Setembro. Por fim, foi também acrescentada uma categoria sobre o actual Presidente da Câmara Municipal de Cascais, porque se verificou um grande número de palavras referentes ao Presidente da Câmara. Desta análise de conteúdo temática obtiveram-se as seguintes categorias. A categoria «Regimes Políticos» que é apenas constituída por uma palavra – Democracia, aparecendo com uma frequência baixa. As palavras «eleições» e «votos» constituem a categoria «Processos de Participação».

Esta representa a importância que os sujeitos atribuem à participação na vida política. Estas palavras significam que os sujeitos pensam que, através das eleições e dos votos, podem participar na determinação dos agentes políticos. A categoria «Processos de Decisão Política» é constituída pelas palavras: Burocracia; Decisões; Influências e Interesses. Esta categoria representa o modo como os sujeitos pensam que são tomadas as Decisões Políticas. Para os sujeitos, as decisões que são tomadas pelo Poder Municipal são influenciadas pela presença de burocracia.

cia e pela interferência de interesses particulares. Tal como podemos verificar pelas palavras que constituem esta categoria, possuem uma conotação negativa, uma vez que surge implicitamente a ideia de que a burocracia, as influências e a satisfação de interesses pessoais determinam negativamente a forma como as Decisões são tomadas ao nível do Poder Municipal. A categoria «*Actores Político Institucionais*» consiste nas acções negativas que são praticadas pelos representantes do Poder Municipal. Assim, o Poder Municipal é representado por políticos que executam acções incorrectas como a corrupção, as cunhas, os desfalques, os tachos, a chantagem, etc. Esta categoria significa que os sujeitos consideram que o Poder Municipal é representado por «actores» que desempenham ilicitamente acções que não contribuem para a defesa dos interesses do município. A categoria «*Organizações Político Institucionais*» é constituída por palavras como: Assembleia; Autarcas; Autarquias; Câmara; Junta; Município; Vereadores; etc.; que representam as várias componentes que constituem o Poder Municipal, ou seja, as várias instituições e os vários representantes deste. As palavras Poder, Dever, e Poder Local constituem a categoria «*Abrangência da Política*». Esta é uma categoria muito geral que consiste na ideia de que a política é, por um lado, um Dever, e por outro representa um Poder, porque todo o ser humano é por natureza um ser social e político. Deste modo, esta categoria representa uma visão abrangente dos sujeitos e das instâncias sociais. A categoria «*Funções Globais da Política*» consiste nas funções mais globais do Poder Municipal, ou seja, o bem estar da população do município, a defesa dos seus interesses e o desenvolvimento. A categoria «*Produtos das Decisões Políticas*» representa os resultados concretos das decisões políticas que são tomadas no Município. Através das palavras «má gestão», «riqueza» e «pobreza» observa-se que esta categoria possui uma conotação negativa havendo, por um lado, uma má gestão das decisões políticas e, por outro, um incremento da discriminação entre a riqueza e a pobreza devido a essas mesmas decisões. A categoria «*Aspectos relativos ao Presidente da Câmara*» representa todos os aspectos referentes ao Presidente da Câmara. Observa-se a existência de uma divisão na opinião dos sujeitos devido à existência de palavras com conotação negativa como: arrogância; desorganização;

ganância; não cumprimento; mas também existem palavras com conotação positiva como: coe-rência; competência; inteligência; responsabilidade; etc. A presença desta categoria representa a importância atribuída ao Presidente da Câmara como uma das componentes e um dos representantes do Poder Municipal. A categoria «*Serviços Municipalizados*» é constituída por todos os serviços que devem ser prestados pelo Município à comunidade. Tal como na categoria anterior, a categoria «*Aspectos Físicos do Concelho*» representa todos os aspectos físicos do concelho cuja criação e manutenção é da responsabilidade do Poder Municipal. Por último, a categoria «*Aspectos Culturais/Lúdicos do Concelho*» caracteriza-se pelos aspectos de animação do Município que são da responsabilidade do Município.

As variáveis em jogo (posicionamentos objectivo e subjectivo) e as categorias do Poder Municipal, foram submetidas a três Análises Factoriais de Correspondências Múltiplas (AFCM) no programa SPAD N (versão 1.2 de 1988).

3. RESULTADOS

No cálculo de frequências para o estímulo «Poder Municipal» foram obtidas 2179 palavras, com 38.1% de palavras diferentes. Com a categorização das palavras em categorias, foram excluídas as palavras com frequência inferior a dois, pelo que apenas foram retidas 1425 palavras com 11.9% de palavras diferentes. As palavras mais frequentes associadas ao Poder Municipal são as apresentadas no Quadro 2.

3.1. Representação do Poder Municipal e Identidades Política e as Posições Objectivas no Espaço Político

Com base no critério de Cibois¹ (1954) e de

¹ Segundo Cibois (1954) numa AFCM é muito raro conseguir obter-se um valor próprio muito elevado no primeiro factor. Por esta razão é aceitável uma AFCM cujo primeiro factor apresente um valor próprio superior a 0.10, sendo que para a retenção dos factores a analisar seguiu-se o seguinte critério (Cibois, 1954): Um factor com um valor próprio inferior a 0.10 significa que tem uma ligação fraca entre as questões; um factor com um valor próprio entre 0.10 e 0.20 sig-

QUADRO 2
Lista de palavras com maior frequência

PALAVRAS	FREQUÊNCIA
Corrupção	78
Câmara	55
Poder	55
Presidente	43
Dinheiro	41
Burocracia	38
Política	34
Saneamento	26
Município	26
Eleições	24

QUADRO 3
Caracterização dos dez primeiros valores próprios da primeira AFCM

Análise Factorial de Correspondências Múltiplas Caracterização dos 10 primeiros valores próprios (Lambda)			
FACTOR	VALOR PRÓPRIO	PERCENTAGEM DE INÉRCIA EXPLORADA	PERCENTAGEM DE INÉRCIA ACUMULADA
1	.1691	14.65	14.65
2	.1282	11.11	25.77
3	.1076	9.32	35.09
4	.0992	8.59	43.68
5	.0905	7.85	51.53
6	.0803	6.96	58.49
7	.0757	6.56	65.05
8	.0723	6.27	71.32
9	.0656	5.69	77.00
10	.0604	5.24	82.24

acordo com os resultados obtidos (ver Quadro 3), foram considerados para a análise os três primeiros factores, com valor próprio igual ou superior a 0.10 que contribuem, no seu conjunto, para 35,09% da inércia total.

O primeiro factor (ver Quadro 4) é caracterizado pela oposição de categorias como «Actores político-institucionais» e «Aspectos relativos ao Presidente da Câmara» a categorias como «As-

nifica que existe uma ligação entre as questões e um factor cujo valor próprio é superior a 0.20 é um factor que denota a existência de uma boa ligação entre as questões.

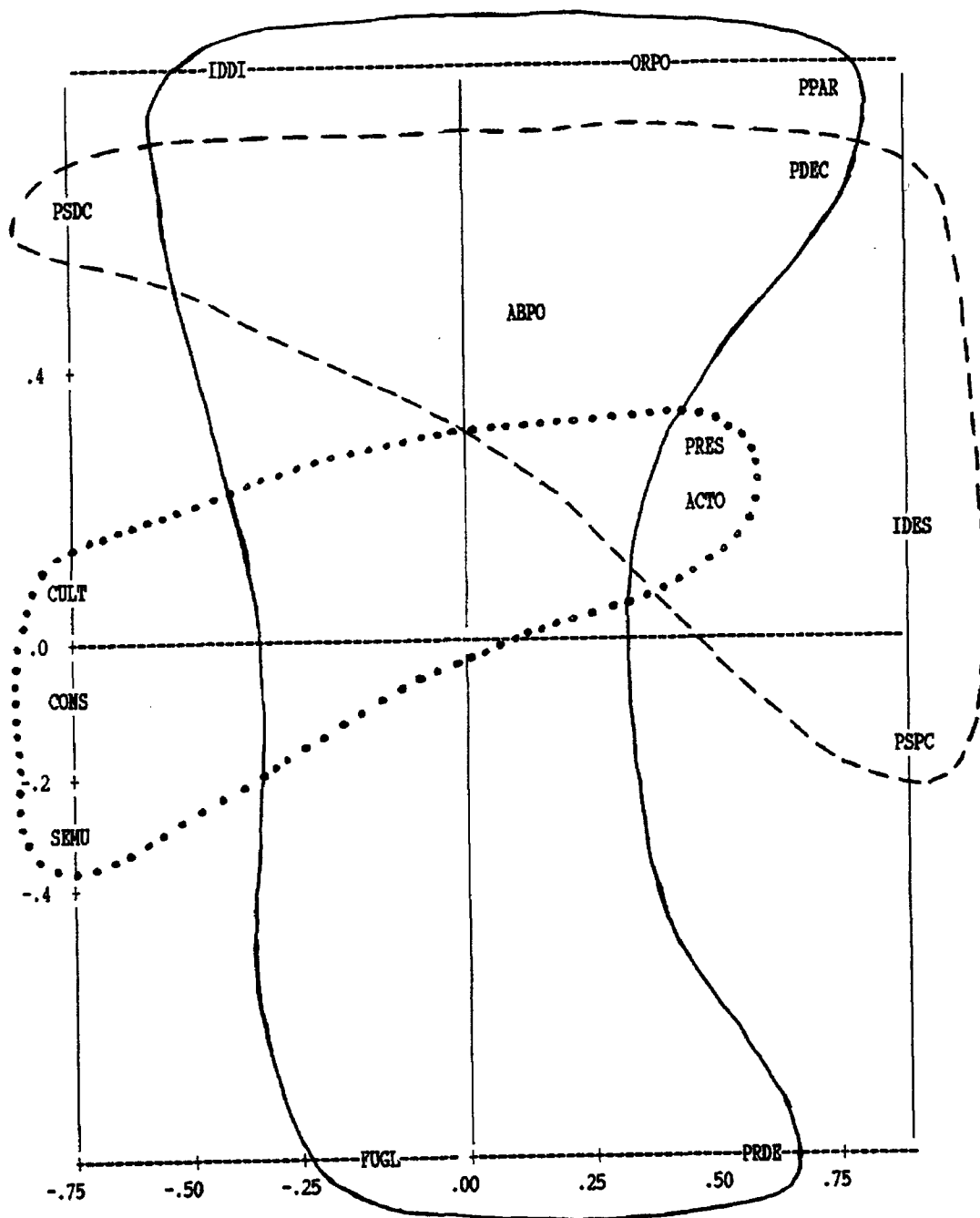
pectos Físicos do Concelho»; «Serviços Municipalizados» e «Aspectos Culturais/Lúdicos do Concelho». Considerámos que este primeiro factor estabelece uma dicotomia entre o que se pode designar por Competências do Poder Municipal, correspondentes às categorias do pólo negativo do factor e as outras duas categorias do pólo positivo do factor. A categoria «Actores político-institucionais» remete-nos para as crenças dos sujeitos sobre quem representa o Poder Municipal, sendo estas negativas. A categoria «Aspectos relativos ao Presidente da Câmara» é constituída basicamente por traços de personalidade, ilustrando o modo de pensar dos sujeitos em relação ao Presidente da Câmara. Nesta cate-

QUADRO 4

Resumo dos principais elementos de interpretação dos três factores: Contribuições Relativas, Contribuições Absolutas e Coordenadas

VARIÁVEIS	COORDENADAS			CONT. RELATIVAS			CONT. ABSOLUTAS		
	F1	F2	F3	F1	F2	F3	F1	F2	F3
Regimes Políticos	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Processos de Participação	-2.3	.79	.69	.3	4.5	4.2	.01	.09	.07
Processos de Decisão Política	.13	.62	.64	.2	5.0	6.6	.00	.11	.12
Actores Político-Institucionais	.37	.22	.16	3.2	1.5	1.0	.14	.05	.03
Organizações Político-Institucionais	-.13	.37	.73	.3	3.1	14.3	.01	.08	.32
Abrangência da Política	.34	.15	.42	1.4	.3	3.1	.04	.01	.06
Funções Globais da Política	-.15	-.21	-.70	.2	.5	7.1	.01	.01	.12
Produtos das Decisões Políticas	-.13	.83	-1.19	.1	5.1	12.3	.00	.10	.20
Aspectos Relativos ao Presidente da Câmara	.38	.29	-.01	2.7	2.0	.0	.10	.06	.00
Serviços Municipalizados	-1.13	-.37	-.07	16.2	2.4	.1	.50	.05	.00
Aspectos Físicos do Concelho	-.95	-.15	-.03	16.7	.5	.0	.61	.01	.00
Aspectos Culturais/Lúdicos do Concelho	-1.45	.07	-.23	13.2	.0	.5	.34	.00	.01
Grupos dos sujeitos com posicionamento subjectivo de Esquerda	-.98	1.43	.16	7.4	20.9	.3	.20	.42	.01
Grupo dos sujeitos com posicionamento subjectivo de Direita	-.25	-1.20	1.60	.3	8.3	17.6	.01	.15	.27
Grupo dos sujeitos com posicionamento objectivo de Esquerda	-.58	.96	-.07	4.8	17.0	.1	.15	.41	.00
Grupo dos sujeitos com posicionamento objectivo de Direita	-.15	-1.09	.69	.3	18.1	8.8	.01	.41	.17

FIGURA 1
**Gráfico dos três factores da Análise Factorial de Correspondências Múltiplas sobre
 a Representação do Poder Municipal, Identidade Política e Posições Objectivas
 no Espaço Político**



Legenda: Factor 1
 Factor 2 -----
 Factor 3 —————

goria observa-se uma divisão da opinião dos sujeitos relativamente àquele uma vez que surgem palavras com uma conotação negativa como arrogância, desorganização, incumprimento; e palavras com uma conotação positiva como coerência, competência, inteligência e responsabilidade. De um modo geral, estas categorias mostram uma representação negativa dos sujeitos sobre o modo como o Poder Municipal é representado, tal como revela a análise de conteúdo. A partir desta constatação, podemos afirmar que existe um desfasamento/oposição entre, por um lado, as Competências do Poder Municipal, ou seja, a utilidade deste para a população em geral, e por outro lado, o modo como estas Competências são realmente desempenhadas. Isto significa que, para os sujeitos, existe uma discrepância entre a forma como o Poder Municipal deve ser exercido e a forma como os representantes deste Poder o exercem.

No segundo factor encontramos uma oposição entre o posicionamento político de direita e o posicionamento político de esquerda e processos de participação, remetendo esta última categoria para a participação política no sistema representativo, isto é, expressa pelas eleições para a Câmara.

Este factor traduz uma oposição entre, por um lado, o grupo dos sujeitos com posicionamento objectivo de direita, e por outro a posição subjectiva ou identidade de esquerda; associado com o posicionamento objectivo no espaço político na mesma área (esquerda) e a categoria «Processos de Participação». Neste pólo os sujeitos de Identidade ou posicionamento objectivo de esquerda atribuem uma importância considerável às eleições e aos votos no Poder Municipal, ou seja, consideram importante um papel participativo, através das eleições, na escolha dos representantes do Poder Municipal.

O terceiro factor traduz-se pela oposição de dois conjuntos de categorias. O primeiro conjunto caracteriza-se pela categoria «Produtos das Decisões Políticas» constituída pelas palavras má gestão, riqueza e pobreza; e pela categoria «Funções Globais da Política» cujas expressões são defesa dos interesses municipais, desenvolvimento e bem estar, entre outras. Este conjunto representa as funções do Poder Muni-

cipal e o resultado da acção política local. Os sujeitos ao associarem estas duas categorias no mesmo pólo, parecem demonstrar o seu conhecimento geral sobre as funções do Poder Municipal e também o conhecimento da forma como estas funções são realizadas.

O segundo conjunto realça, em primeiro lugar, o grupo dos sujeitos com posicionamento subjectivo de direita ou Identidade de Direita associados a duas dimensões do Poder Municipal: «Organizações político-institucionais» (como por exemplo Assembleia, Autarcas, Autarquias, Câmara) e «Processos de Decisão Política». A relação entre estas categorias e os sujeitos com Identidade de Direita mostra uma representação do Poder Municipal centrada nas componentes orgânicas do sistema representativo local, em mecanismos de bloqueio e uma visão dos indivíduos e das suas instituições como sujeitos e instâncias sociais.

De um modo geral, esta análise relativa à Dimensão Política (Identidades Políticas e as posições Objectivas no Espaço Político), realça, em primeiro plano, a importância atribuída pelos sujeitos às Competências do Poder Municipal, ou seja, a crença que surge mais frequentemente na representação do Poder Municipal. A seguir a esta ideia, surge a opinião negativa dos sujeitos em relação aos representantes do Poder Municipal. Por fim, destaca-se a associação entre as funções que o Poder Municipal deve desempenhar e a forma como estas são concretizadas.

Relativamente ao posicionamento político objectivo e ao posicionamento subjectivo (Identidade Política), observa-se uma associação entre os sujeitos com posicionamento objectivo de esquerda e os sujeitos com posicionamento subjectivo de esquerda, isto é, estes dois grupos estão relacionados entre si, autopoicionando-se de igual forma em relação às crenças associadas à representação do Poder Municipal. Em oposição a esta associação observa-se o grupo dos sujeitos que se posicionam objectivamente à direita.

3.2. *Representação do Poder Municipal, Identidade Religiosa e Autoposicionamento objectivo face à Religião Católica*

Nesta análise obtiveram-se os factores apresentados no Quadro 5.

QUADRO 5
Caracterização dos dez primeiros valores próprios da segunda AFCM

Análise Factorial de Correspondências Múltiplas Caracterização dos 10 primeiros valores próprios (Lambda)			
FACTOR	VALOR PRÓPRIO	PERCENTAGEM DE INÉRCIA EXPLORADA	PERCENTAGEM DE INÉRCIA ACUMULADA
1	.1467	12.84	12.84
2	.1143	10.01	22.85
3	.1002	8.77	31.61
4	.0922	8.07	39.68
5	.0864	7.56	47.23
6	.0823	7.20	54.44
7	.0774	6.77	61.21
8	.0655	5.73	66.94
9	.0614	5.02	72.31
10	.0574	4.96	77.33

De acordo com os valores próprios obtidos e segundo o critério de Cibois (1954), nesta análise foram considerados três factores, sendo aqueles que possuem um valor próprio superior a 0.10 e que contribuem, no seu conjunto, para 31.61% da inércia total.

No primeiro factor salienta-se uma oposição entre dois conjuntos de categorias. No primeiro conjunto surgem as categorias «Serviços Municipalizados», «Aspectos Físicos do Concelho» e «Aspectos Culturais /Lúdicos do Concelho». Tal como aconteceu na análise anterior este primeiro conjunto de categorias foi denominado por «Competências do Poder Municipal». O segundo conjunto é composto pelas categorias «Actores Político-Institucionais» e «Processos de Decisão Política».

Estes dois conjuntos representam uma oposição entre as Competências do Poder Municipal, ou seja, os serviços que este deve prestar à comunidade, e os representantes do Poder Municipal. Para os sujeitos, o Poder Municipal é representado por políticos que realizam acções ilícitas no município, privilegiando os seus interesses particulares em detrimento dos interesses do Município.

No segundo factor observa-se uma associação entre os sujeitos que se posicionam objectivamente face à Religião Católica e os que possuem

uma forte identidade religiosa. No pólo oposto do factor, regista-se uma associação entre os sujeitos que se posicionam objectivamente face ao grupo dos não católicos (ou não se posicionam objectivamente face à religião católica) e os sujeitos que mostram uma forte identidade não religiosa. Estas duas associações situam-se em pólos opostos, pelo que representam uma oposição entre os dois grupos.

Associada aos sujeitos que se posicionam objectivamente face à religião católica e aos sujeitos que possuem uma forte identidade religiosa, surge a categoria «Funções Globais da Política». Esta associação significa que estes sujeitos atribuem uma grande importância às funções globais e mais importantes do Poder Municipal, como, por exemplo, garantir o bem estar da população e o desenvolvimento do Município.

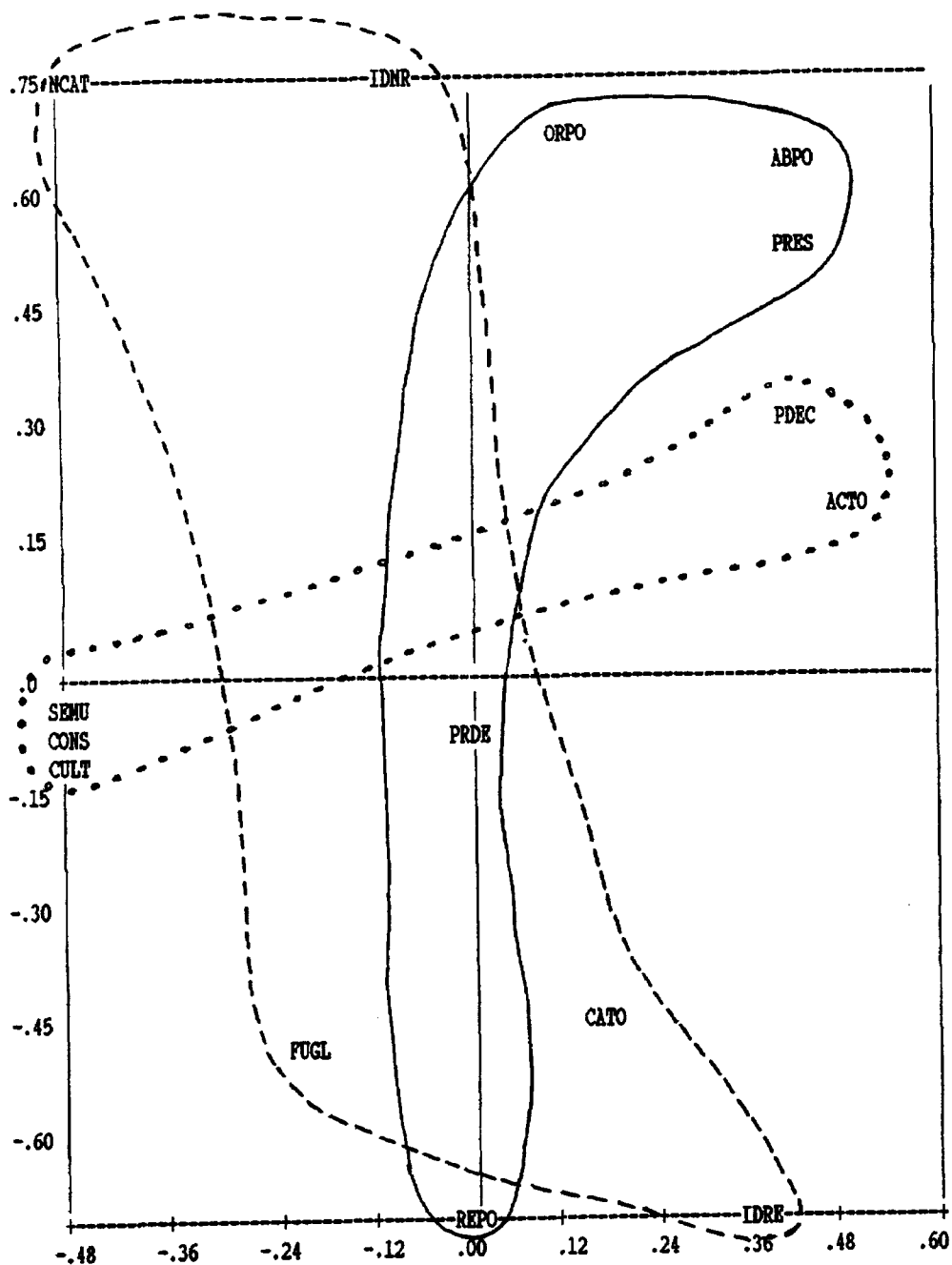
O terceiro factor regista uma oposição entre as categorias «Regimes Políticos» e «Produtos das Decisões Políticas» e as categorias «Processos de Participação», «Organizações Político-Institucionais», «Abrangência da Política» e «Aspectos relativos ao Presidente da Câmara». A separação destes dois conjuntos de categorias representa uma dicotomia entre, por um lado, os resultados da acção política local e, por outro, as várias componentes do Poder Municipal, incluindo o Presidente da Câmara. Associado ao último gru-

QUADRO 6

Resumo dos principais elementos de interpretação dos três factores: Contribuições Relativas, Contribuições Absolutas e Coordenadas

VARIÁVEIS	COORDENADAS			CONT. RELATIVAS			CONT. ABSOLUTAS		
	F1	F2	F3	F1	F2	F3	F1	F2	F3
Regimes Políticos	.00	1.75	-1.81	.0	5.1	6.2	.00	.08	.09
Processos de Participação	-2.2	.49	.94	.3	1.8	7.7	.01	.03	.12
Processos de Decisão Política	.36	.26	.18	1.4	1.0	.5	0.4	.02	.01
Actores Político-Institucionais	.41	.18	-.10	4.2	1.0	.3	.18	.03	.01
Organizações Político-Institucionais	-.11	-.05	.82	.2	.1	18.2	.01	.00	.41
Abrangência da Política	.42	.12	.74	2.1	.2	9.9	.06	.01	.19
Funções Globais da Política	-.23	-.50	-.37	.5	3.3	2.1	.01	.07	.04
Produtos das Decisões Políticas	-.02	-.02	-.13	.0	.0	-1	.00	.00	.00
Aspectos Relativos ao Presidente da Câmara	.44	.01	.52	3.9	.0	7.7	.13	.00	.18
Serviços Municipalizados	-1.25	-.10	.15	21.3	.2	.4	.61	.00	.01
Aspectos Físicos do Concelho	-.95	-.17	.21	17.6	.7	1.2	.61	.02	.09
Aspectos Culturais/Lúdicos do Concelho	-1.29	-.33	.74	11.2	.9	5.4	.27	.02	.09
Grupos dos sujeitos com posicionamento subjectivo face à Religião	.36	-.75	.52	2.0	10.7	5.8	.06	.25	.12
Grupo dos sujeitos sem posicionamento subjectivo face à Religião	-.40	2.69	.92	.5	31.1	4.2	.01	.53	.06
Grupo dos sujeitos com posicionamento objectivo face à Religião Católica	.16	-.46	.01	1.0	9.8	.0	.07	.58	.00
Grupo dos sujeitos sem posicionamento objectivo face à Religião Católica	-.54	.72	-.24	1.6	3.73	.5	.04	.07	.01

FIGURA 2
Gráfico dos três factores da Análise Factorial de Correspondências Múltiplas sobre a Representação do Poder Municipal, Identidade Religiosa e Autoposicionamento face à Religião Católica



Legenda: Factor 1
 Factor 2 ----
 Factor 3 ———

po surge uma visão abrangente dos sujeitos e das instâncias sociais (categoria «Abrangência da Política») e a importância do papel participativo da população na escolha dos representantes do Poder Municipal, através das eleições e dos votos.

Nesta análise sobre a Dimensão Religiosa (Identidade Religiosa e autoposicionamento objectivo face à religião), verifica-se, em primeiro plano, a crença associada ao Poder Municipal sobre as Competências deste, ou seja, sobre os serviços municipalizados, os aspectos físicos e culturais do Concelho. Em oposição a esta crença, surge uma outra negativa referente aos representantes do Poder Municipal e à forma como são tomadas as decisões políticas. Por último observa-se uma desvalorização das várias componentes do Poder Municipal, incluindo o Presidente da Câmara.

Em relação ao autoposicionamento dos sujeitos verifica-se uma associação entre a posição objectiva e a posição subjectiva de ambos os grupos, ou seja, o grupo dos sujeitos que se posicionam objectivamente face à religião católica surge associado ao grupo dos sujeitos com Identidade Religiosa, e o grupo dos sujeitos que não se posicionam objectivamente face à religião católica surge associado ao grupo dos com Identidade não Religiosa.

3.3. Representação do Poder Municipal, Identidade Local e Freguesia onde os sujeitos vivem

Nesta análise obtiveram-se os factores apresentados no Quadro 7.

Tal como podemos verificar no Quadro 7, os cinco primeiros factores atingem um valor próprio superior a 0.10, tendo sido estes os factores seleccionados para a análise e que, contribuem, no seu conjunto para 38.08% da inércia total.

Nesta análise, tal como nas duas anteriores, constata-se a existência das mesmas categorias no primeiro factor.

No pólo negativo destacam-se três categorias. A categoria «Aspectos Físicos do Concelho», a categoria «Serviços Municipalizados» e a categoria «Aspectos Culturais/Lúdicos do Concelho». Tal como aconteceu nas análises anteriores, considerámos que este conjunto de categorias representa as Competências do Poder Municipal.

No pólo oposto verificámos a associação entre as categorias «Aspectos relativos ao Presidente da Câmara», «Actores político-institucionais» e «Abrangência da Política». Este conjunto de categorias realça a importância que os sujeitos atribuem à dicotomia Competências do Poder Municipal e desempenho dos representantes desse Poder, nomeadamente o Presidente da Câmara, apesar da fraca presença associada a este pólo de

QUADRO 7
Caracterização dos dez primeiros valores próprios da terceira AFCM

Análise Factorial de Correspondências Múltiplas Caracterização dos 10 primeiros valores próprios (Lambda)			
FACTOR	VALOR PRÓPRIO	PERCENTAGEM DE INÉRCIA EXPLORADA	PERCENTAGEM DE INÉRCIA ACUMULADA
1	.1597	9.72	9.72
2	.1254	7.63	17.36
3	.1181	7.19	24.55
4	.1148	6.99	31.53
5	.1075	6.54	38.08
6	.0999	6.08	44.16
7	.0940	5.72	49.88
8	.0899	5.47	55.35
9	.0787	4.79	60.14
10	.0757	4.61	64.75

QUADRO 8

Resumo dos principais elementos de interpretação dos três factores: Contribuições Relativas, Contribuições Absolutas e Coordenadas

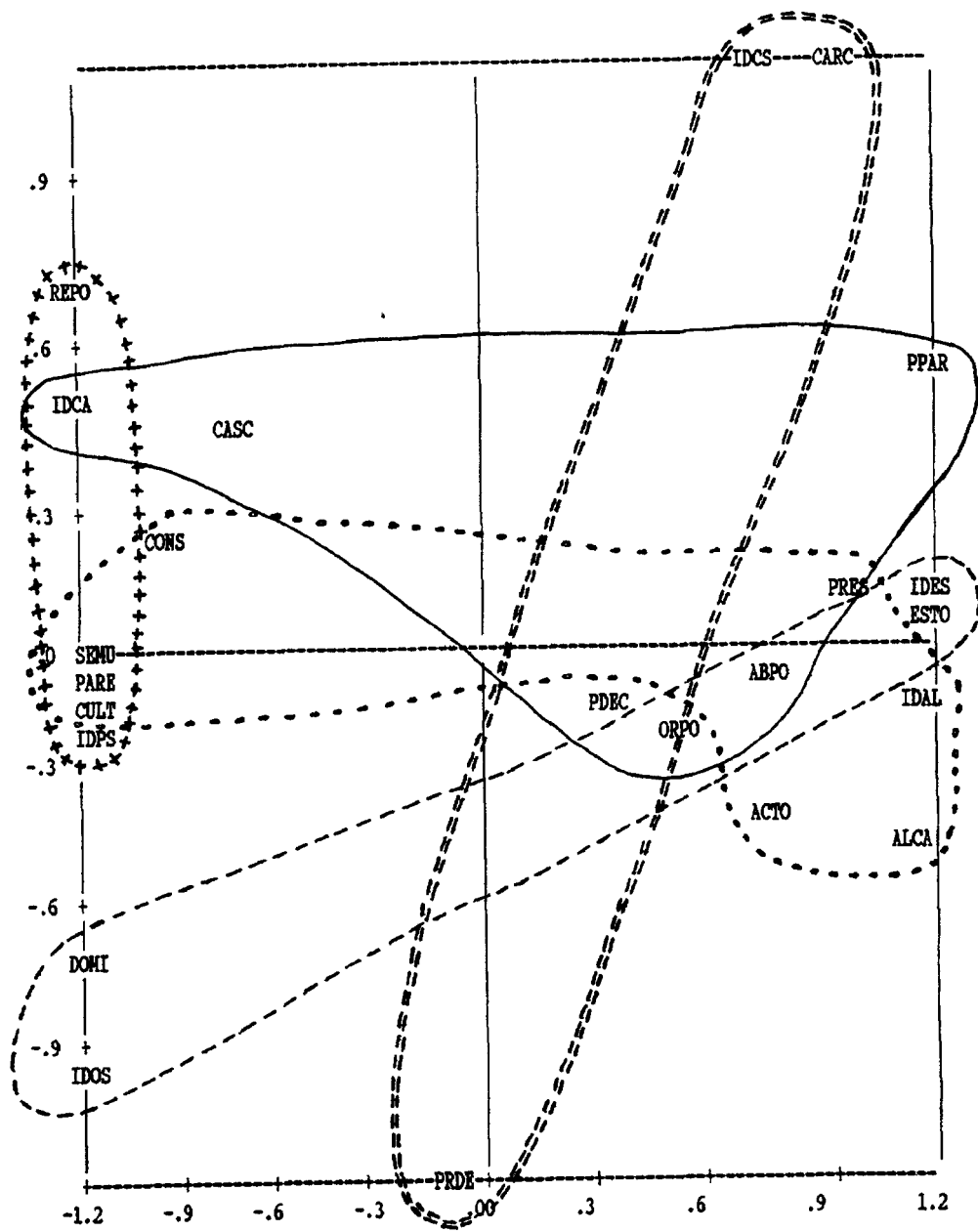
VARIÁVEIS	COORDENADAS					CONT. RELATIVAS					CONT. ABSOLUTAS				
	F 1	F 2	F 3	F 4	F 5	F 1	F 2	F 3	F 4	F 5	F 1	F 2	F 3	F 4	F 5
Regimes Políticos	.09	1.37	.78	2.56	1.2	.0	2.8	1.0	10.6	2.5	.00	.05	.02	.17	.04
Processos de Participação	.14	1.13	.64	.68	.27	.1	8.9	3.1	3.5	.6	.00	.18	.06	.06	.01
Processos de Decisão Política	.44	.44	.15	.39	.32	1.9	2.5	.3	2.1	1.5	.05	.06	.01	.04	.03
Actores Político- Institucionais	.37	.19	.15	.03	.09	3.1	1.1	.7	.0	.3	.14	.04	.02	.00	.01
Organizações Político- -Institucionais	.05	.65	.19	.13	.13	.0	9.0	.8	.4	.4	.00	.25	.02	.01	.01
Abrangência da Política	.33	.02	.10	.02	.14	1.2	.0	.2	.0	.3	.04	.00	.00	.00	.01
Funções Globais da Política	.17	.10	1.15	.09	.11	.3	.1	.3	.1	.2	.01	.00	.01	.00	.01
Produtos das Decisões Políticas	.23	.54	1.1	.09	1.17	.3	2.0	.9	.1	11.1	.01	.04	.02	.00	.19
Aspectos Relativos ao Presidente da Câmara	.48	.04	.22	.21	.14	4.3	.0	1.2	1.2	.5	.16	.00	.03	.03	.01
Serviços Municipalizados	1.07	.01	.15	.04	.64	14.4	.0	.4	.0	7.6	.45	.00	.01	.00	.16
Aspectos Físicos do Concelho	.89	.11	.06	.05	.35	14.4	.3	.1	.1	3.3	.54	.01	.00	.00	.08
Aspectos Culturais/Lúdicos do Concelho	1.36	.20	.38	.30	.29	11.4	.3	1.2	.8	.7	.29	.01	.02	.01	.01
Grupo dos sujeitos que se posicionam objectivamente com a freguesia de Alcabi-deche	.62	.22	.45	.40	.34	2.5	.4	1.8	1.5	1.1	.07	.01	.04	.03	.02
Grupo de sujeitos que se posicionam objectivamente com a freguesia de Cascais	.13	.69	.49	.48	.47	.2	7.8	4.2	4.1	4.2	.01	.19	.10	.09	.09

(continua)

(continuação do Quadro 8)

VARIÁVEIS	COORDENADAS					CONT. RELATIVAS					CONT. ABSOLUTAS				
	F 1	F 2	F 3	F 4	F 5	F 1	F 2	F 3	F 4	F 5	F 1	F 2	F 3	F 4	F 5
Grupo dos sujeitos que se posicionam objectivamente com a freguesia do Estoril	.11	1.00	1.	.87	0.7	.1	8.2	12.7	6.8	.1	.00	.17	.25	.13	.00
Grupo dos sujeitos que se posicionam objectivamente com a freguesia da Parede	.32	.83	1.11	1.69	1.3	.6	5.3	9.9	23.7	.2	.02	.11	.19	.44	.00
Grupo dos sujeitos que se posicionam objectivamente com a freguesia de S. Domingos de Rana	.47	1.02	1.23	.38	.69	1.4	8.6	13.2	1.3	4.5	.04	.18	.26	.02	.08
Grupo dos sujeitos que se posicionam objectivamente com a freguesia de Carcavelos	1.18	.34	.38	.69	1.32	9.0	1.0	1.3	4.3	16.8	.24	.02	.02	.08	.29
Grupo dos sujeitos que se posicionamento subjectivamente com a freguesia de Alcabidecha	1.34	-.15	.31	.99	.85	2.7	.0	.2	2.0	1.6	0.6	.00	.00	.03	.02
Grupo dos sujeitos que se posicionam subjectivamente com a freguesia de Cascais	.50	1.22	.49	.60	-.45	1.3	9.7	1.7	2.6	1.5	.03	.19	.03	.05	.03
Grupo dos sujeitos que se posicionam subjectivamente com a freguesia do Estoril	.19	1.39	1.87	1.38	.30	.1	8.2	15.6	8.7	.5	.00	.15	.28	.15	.01
Grupo dos sujeitos que se posicionam subjectivamente com a freguesia da Parede	-.46	.87	1.67	2.23	-.32	.6	2.6	9.9	18.4	.4	.01	.05	.17	.31	.01
Grupo dos sujeitos que se posicionam subjectivamente com a freguesia de S. Domingos de Rana	.81	2.27	2.35	.94	1.79	1.2	12.0	13.6	2.2	8.7	.03	.22	.23	.04	.14
Grupo de sujeitos que se posicionam subjectivamente com a freguesia de Carcavelos	1.40	.23	-.95	.94	2.66	4.2	.1	2.6	2.6	22.6	.10	.00	.05	.04	.36

FIGURA 3
 Gráfico dos cinco factores da Análise Factorial de Correspondências Múltiplas sobre a Representação do Poder Municipal, Identidade Local e Freguesia onde os sujeitos vivem



Legenda: Factor 1
 Factor 2 ———
 Factor 3 - - - -
 Factor 4 + + + +
 Factor 5 = = = =

uma visão abrangente dos sujeitos e instâncias sociais.

Associado a este último pólo do factor e às categorias que o compõem surge o grupo dos sujeitos que residem em Alcabideche e a identidade local (isto é pertença subjectiva à freguesia de Alcabideche) ou seja, os residentes e com identidade à freguesia representam o poder Municipal em termos da dicotomia atrás referida. O facto de estes dois grupos de sujeitos surgirem no pólo oposto às Competências do Poder Municipal, nomeadamente os aspectos culturais/lúdicos do Concelho, poderá ser devido à existência de um grande número de famílias provenientes de várias regiões do País, que preservam as suas tradições culturais, mantendo-se isoladas do resto da população do Concelho.

O segundo factor caracteriza-se pela oposição entre, por um lado, o grupo dos sujeitos que vivem na freguesia de Cascais e alta identidade a esta, e por outro um conjunto de três categorias: «Organizações político institucionais», a «Processos de Participação» e «Processos de Decisão Política». Estes resultados expressam uma rejeição genérica: 1) das componentes do sistema representativo local; 2) da participação do sistema político local através do voto; e 3) dos próprios processos (conotados negativamente) que caracterizam o funcionamento do sistema.

No terceiro factor, para além dos posicionamentos objectivo e subjectivo dos sujeitos, não existem categorias referentes ao Poder Municipal. Regista-se uma oposição entre, por um lado, os sujeitos que residem na freguesia de S. Domingos de Rana e, por outro, os sujeitos que residem na freguesia do Estoril.

Relativamente às posições objectivas e às posições subjectivas, denota-se mais uma vez uma correspondência directa entre a inserção objectiva e a identidade local.

O quarto factor, ao contrário de todos os outros, é representado unicamente por um pólo. Este é constituído pelo grupo das pessoas que residem na freguesia da Parede e que possuem alta identidade em relação à mesma e a categoria «Regimes Políticos», caracterizada pela palavra «Democracia».

Destaca-se mais uma vez a correspondência entre os dois tipos de posicionamentos.

O quinto e último factor denota uma oposição entre, por um lado, os sujeitos com alta identidade à freguesia de Carcavelos e o grupo dos sujeitos que residem em Carcavelos e, por outro lado, a categoria «Produtos das Decisões Políticas».

Esta oposição significa que os sujeitos da freguesia de Carcavelos e com identidade local não representam o Poder Municipal em termos de má gestão e de contribuir para uma discriminação entre os cidadãos ricos e os cidadãos pobres do Concelho.

Nesta análise relativa à Dimensão Local verifica-se em primeiro lugar a importância atribuída pelos sujeitos às Competências do Poder Municipal. Seguidamente observa-se a crença negativa sobre os representantes do Poder Municipal, como os vereadores, os políticos e, inclusivamente, o Presidente da Câmara. Por fim, regista-se uma associação entre a forma como são tomadas as decisões políticas, as várias componentes do Poder Municipal e os processos de participação dos sujeitos na escolha dos representantes do poder municipal.

Quanto ao autopoicionamento dos sujeitos regista-se uma sincronia entre a posição objectiva dos sujeitos (a freguesia em que vivem) e a posição subjectiva dos sujeitos (Identidade Local) nos vários grupos. Destaca-se uma oposição entre o grupo de sujeitos que se posicionam objectivamente e subjectivamente com a freguesia do Estoril e os sujeitos que se posicionam objectivamente e subjectivamente com a freguesia de S. Domingos de Rana. Observa-se ainda um isolamento dos sujeitos que se posicionam objectivamente e subjectivamente das freguesias de Alcabideche, Cascais e Parede, em três factores diferentes.

4. DISCUSSÃO

O objectivo do presente estudo consistia em saber se as posições sociais objectivas e as posições sociais subjectivas (Identidades Sociais) se relacionavam diferentemente com as dimensões da representação do Poder Municipal.

Antes de responder a este problema é importante apontar as crenças sobre o Poder Municipal. O aspecto mais importante, uma vez que surge sempre em primeiro plano nas três análises referentes às dimensões política, religiosa e local, são as Competências do Poder Municipal. Relembre-se que as Competências do Poder Municipal são as categorias «Serviços Municipalizados», «Aspectos Físicos do Concelho» e «Aspectos Culturais/Lúdicos do Concelho».

Os sujeitos possuem também uma crença, neste caso negativa, sobre os representantes do Poder Municipal, as funções deste e as decisões políticas que são tomadas por aqueles e influenciadas pela presença da burocracia.

Por fim, os sujeitos realçam a Abrangência da Política, ou seja, a ideia de que o Homem é um ser social e político, considerando os indivíduos e as suas instituições como sujeitos e instâncias sociais.

Relativamente à equivalência entre as variáveis de inserção na estrutura social e as Identidades Sociais, regista-se nas três análises uma associação constante entre o posicionamento objectivo e posicionamento subjectivo dos sujeitos, sendo apenas excepção o grupo dos sujeitos que se posicionam objectivamente com a direita e o grupo dos sujeitos que se posicionam subjectivamente com a mesma, uma vez que surgem em factores diferentes.

Considerando a relação entre as posições sociais objectivas e as posições sociais subjectivas com as dimensões da representação do Poder Municipal, verificámos que:

a) os sujeitos que se posicionam objectiva e subjectivamente à Esquerda, valorizam os processos de participação, isto é, a possibilidade de participarem na escolha dos representantes do Poder Municipal através das eleições e dos votos;

b) os sujeitos que se posicionam subjectivamente à de direita valorizam as componentes/organizações político institucionais e as funções globais do Poder Municipal, como, por exemplo, garantir o bem estar da população e o desenvolvimento do Concelho;

c) os sujeitos que se posicionam objectivamente face à religião católica e os que se posicionam subjectivamente face à religião, preocu-

pam-se também com as funções globais do Poder Municipal;

d) o grupo dos sujeitos que se posiciona objectivamente face à freguesia de Alcabideche e o grupo dos sujeitos com a correspondente identidade local, não se preocupam com as Competências do Poder Municipal, atribuindo alguma importância aos seus representantes. O facto de estes dois grupos de sujeitos surgirem no pólo oposto às Competências do Poder Municipal, nomeadamente quanto aos aspectos culturais/lúdicos do Concelho, poderá dever-se à existência de um grande número de famílias provenientes de várias regiões do País que preservam as suas tradições culturais, mantendo-se isoladas do resto da população do Concelho;

e) os sujeitos que se posicionam objectiva e subjectivamente na freguesia de Cascais, não atribuem importância à forma como é realizada a gestão do Concelho. Considerando a população mais antiga desta freguesia, não parece haver qualquer tipo de razão para explicar a existência desta despreocupação, o que nos poderá levar a pensar que os sujeitos inquiridos são pessoas que não pertencem a famílias oriundas da população mais antiga do Concelho, não se sentindo, por isso, implicados e interessados na resolução dos problemas deste, nem mesmo na importância de escolher os representantes do Município através do voto;

f) observa-se uma oposição entre o grupo de sujeitos que se posicionam objectiva e subjectivamente com a freguesia de S. Domingos de Rana e o grupo dos sujeitos que se posicionam objectiva e subjectivamente com a freguesia do Estoril. Esta oposição explica-se pela oposição real entre estas duas freguesias devido a factores sócio-económicos. A freguesia do Estoril é a freguesia do Concelho que possui um nível sócio-económico mais elevado, enquanto que a freguesia de S. Domingos de Rana, pelo contrário, é a freguesia que possui o nível sócio-económico menos elevado do concelho. Esta pode ser uma explicação para a oposição dos dois grupos neste factor. Esta divisão poderá ser facilmente constatada pela caracterização espaço-geográfica de ambas, nomeadamente ao nível da Habitação. Uma outra razão, que poderá explicar esta oposição, será a Ideologia Política. Tal como indicam os resultados das últimas eleições autárquicas, a freguesia de S. Domingos de Rana é

caracterizada por uma Ideologia maioritariamente de Esquerda, enquanto que a freguesia do Estoril é caracterizada por uma Ideologia principalmente de Direita;

g) verifica-se um isolamento das freguesias da Parede e de Carcavelos relativamente às outras freguesias do Concelho. Tal como os resultados indicam, as pessoas que vivem na freguesia da Parede e que se posicionam subjectivamente em relação a ela, valorizam a democracia.

O facto de os sujeitos que se posicionam objectivamente e subjectivamente com a freguesia de Carcavelos não representarem o Poder Municipal em termos de má gestão e de contribuir para uma discriminação entre os cidadãos ricos e os cidadãos pobres do Concelho, poderá dever-se à pouca importância atribuída pelo Concelho a esta freguesia. Carcavelos parece não ocupar um lugar bem definido no Concelho em comparação com as outras freguesias, uma vez que se situa na zona geográfica de separação entre o Concelho de Cascais e o Concelho de Oeiras.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, M., & Viegas, S. (1988). O campo semântico do político. *Revista de Ciência Política*, 7/8, 25-43.
- Breakwell, G. (1993). Social representations and social identity. *Papers on Social Representations*, 2, 198-217.
- Echebarrieta, A., Elejabarrieta, F., Valencia, J., & Villareal, M. (1991-1992). Représentations sociales de l' Europe et identités sociales. *Bulletin de Psychologie*, 405, 280-288.
- Fischer, G. (1992). *A dinâmica social – Violência, poder, mudança*. Lisboa: Planeta Editora/ISPA.
- Moscovici, S. (1984). *Il fenomeno delle rappresentazioni sociali*. Bolonha: Mullino.
- Moscovici, S. (1988). Notes toward a description of social representation. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Vala, J. (1986). Perspectivas psico culturais e psico-sociais e estudo das «culturas políticas» na sociedade portuguesa. *Revista de Ciência Política*, 4.
- Vala, J. (1988). Identidades sociais e representações sociais sobre o poder: Para um entendimento das culturas políticas em Portugal. *Revista de Ciência Política*, 7/8, 5-25.
- Vala, J. (1990). Identités sociales et représentations du pouvoir. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 3, 452-471.
- Vala, J. (1993). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 123/124, XXVIII.
- Veneza, A. (1980). O Poder Local 1976-1984: Da indefinição à (des)centralização estatal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 693-708.

RESUMO

O objectivo do estudo está ligado à hipótese teórica de Vala (1988,1990) que considera que a representação do Poder é reconstruída em função de dois conjuntos de variáveis: as Identidades Sociais e as variáveis relativas à inserção objectiva na estrutura social. Subjacentes aos dois conjuntos de variáveis encontram-se os posicionamentos ou pertenças – objectivas e subjectivas – a diferentes categorias sociais que são tomadas como indicadores de vertentes/domínios da esfera social com relevância para a representação do Poder. Assim, este estudo exploratório pretende averiguar se as posições sociais objectivas e as posições sociais subjectivas (Identidades Sociais) se relacionam diferentemente com as dimensões do Poder.

Neste estudo foram considerados 270 sujeitos residentes no Concelho de Cascais e que votaram nas últimas eleições autárquicas, tendo-lhes sido aplicado um questionário constituído por uma questão aberta sobre o Poder Municipal e três questões fechadas, duas relativas às Identidades Sociais e uma relativa às características socio-demográficas dos sujeitos.

Para responder ao problema, foram realizadas três Análises Factoriais de Correspondências Múltiplas referentes às dimensões da Identidade dos sujeitos: política, religiosa e local e as categorias correspondentes à representação do Poder Municipal.

Os resultados apresentam um conjunto de crenças associadas à representação do Poder municipal: a) os sujeitos atribuem grande importância às Competências do Poder Municipal, isto é, aos Serviços Municipalizados e aos Aspectos Físicos e Culturais do Concelho; c) os sujeitos não concordam com a forma como as funções são executadas e as decisões são tomadas no Município de Cascais.

ABSTRACT

The objective of this study is linked to the theoretical hypothesis of Vala (1988,1990) who assert that the reconstruction of the power representation depends on two groups of variables: the Social Identities and the variables about the objective integration on the social structure. Underlying this variables are the belongings or positions – objectives and subjectives – to different social categories, which represent various spillings of social sphere with importance to the representation of power.

This exploratory study pretends to estimate if the social objective positions and the social subjective

positions (Social Identities) are differently related with the dimensions of the Municipal Power.

In this study were considered 270 subjects who live in the Municipality of Cascais and had voted in the last autarchy elections. They answered to a questionnaire with one open question about the Municipal Power and three close questions, two of them about Social Identities and the other about the social demographic aspects of themselves.

To face the problem of this study, there were executed three Factorial Analyses of Multiple Correspondences concerning the dimensions of the Social Identi-

ty – political, religious and local – and the categories corresponding to the Municipal Power representation.

The results show a group of beliefs associated to the representation of Municipal Power: a) the subjects consider very important the Competencies of Municipal Power, i.e., the Municipalized Services and the Physical and Cultural Aspects of the Municipality; b) the subjects have a negative belief about who represent the Municipal Power; c) the subjects do not agree with the way the functions are executed and the decisions are taken by the Municipal Power in Cascais.